

# REVISITAR O PASSADO PARA CRIAR O FUTURO: CONTRIBUIÇÕES DE KENNETH J. GERGEN PARA A PSICOLOGIA SOCIAL EM CRISE NOS ANOS DE 1970

---

REVISITING THE PAST TO CREATE THE FUTURE:  
KENNETH J. GERGEN'S CONTRIBUTIONS  
TO SOCIAL PSYCHOLOGY IN CRISIS IN THE 1970S

---

---

REVISANDO EL PASADO PARA CREAR EL FUTURO:  
LAS CONTRIBUCIONES DE KENNETH J. GERGEN A LA  
PSICOLOGÍA SOCIAL EN CRISIS EN LA DÉCADA DE 1970

---

**TAFFAREL RAMIRES  
FERNANDES**

*Programa de Pós-  
graduação em Psicologia  
Social, Pontifícia  
Universidade Católica  
de São Paulo, Brasil*

**RESUMO:** O presente trabalho analisa o artigo "Social Psychology as History", publicado em 1973 por Kenneth Jay Gergen, dando ênfase aos seus principais argumentos, ao contexto de publicação e às repercussões na psicologia social norte-americana e brasileira. Por meio de levantamento bibliográfico, em um primeiro momento, apresentamos os elementos constituintes do período de crise na psicologia social nos anos 1970 e em seguida trazemos as duas linhas de argumento do referido autor. Problematicamos a quem suas críticas se direcionavam, ou seja, quem ele tinha por interlocutor, qual veículo de comunicação utilizou e como foram as primeiras reações a ele nos EUA e no Brasil. Concluímos que, mesmo encontrando dificuldades no meio acadêmico dominante na psicologia social à época, Gergen conseguiu difundir suas reflexões e contribuir para o fortalecimento do movimento Construcionista.

**Palavras-chave:** Psicologia Social, Construcionismo Social, Kenneth Gergen.

**ABSTRACT:** This paper analyzes the article "Social Psychology as History", published in 1973 by Kenneth Jay Gergen, emphasizing its main arguments, the context of publication and the repercussions on North American and Brazilian social psychology. By means of a bibliographical survey, at first, we present the constituent elements of the period of crisis in social psychology in the 1970s, and then we bring the two lines of argument of the aforementioned author. We problematized at whom his criticisms were directed, that is, who he had as an interlocutor, which means of communication he used and how were the first reactions to him in the US and Brazil. We conclude that, even facing difficulties in the dominant academic milieu in social psychology at the time, Gergen managed to spread his reflections and contribute to the strengthening of the Constructionist movement.

**Keywords:** Social Psychology, Social Constructionism, Kenneth Gergen.

**RESUMEN:** Este trabajo analiza el artículo "La psicología social como historia", publicado en 1973 por Kenneth Jay Gergen, enfatizando sus principales argumentos, el contexto de publicación y las repercusiones en la psicología social norteamericana y brasileña. Mediante un relevamiento bibliográfico, en un primer momento presentamos los elementos constitutivos del período de crisis de la psicología social en la década de 1970 y luego traemos las dos líneas argumentales del citado autor. Problematicamos a quién iban dirigidas sus críticas, es decir, a quién tenía como interlocutor, qué medios de comunicación utilizaba y cómo fueron las primeras reacciones hacia él en Estados Unidos y Brasil. Concluimos que, aun enfrentando dificultades en el medio académico dominante en psicología social en ese momento, Gergen logró difundir sus reflexiones y contribuir al fortalecimiento del movimiento construcionista.

**Palabras clave:** Psicología social, Construcionismo social, Kenneth Gergen.

Recebido em 25/03/2021  
Aceito em 10/10/2021



Esta disciplina é em si mesma um objeto social e todos os objetos sociais se caracterizam por terem múltiplas fontes de determinação (Ibáñez, 1994, tradução nossa, p. 287).

A pesquisa em psicologia social é fundamentalmente o estudo sistemático da história contemporânea (Gergen, 1973/2008, p. 483)

O conjunto de pressupostos alternativos estabelecidos pelos psicólogos sociais, em contraposição ao modelo individualizante do cientificismo então vigente, promoveu nos anos 1970 não só mudanças pontuais, mas mudanças de concepção sobre a racionalidade científica. “Essa problemática se configurou entorno de vários fenômenos importantes que marcaram a evolução do pensamento contemporâneo” (Ibáñez, 1994, p. 84, tradução nossa). Desse modo, considerando a complexidade dos fatos e os limites deste trabalho, nos propomos a analisar o contexto de recepção ao artigo “Social Psychology as History”, publicado por Kenneth Gergen em meados dos anos 1970, em meio à crise da psicologia social nos Estados Unidos, pois o texto fez frente à racionalidade dominante em sua época e contribuiu enormemente para a produção científica das décadas seguintes. Apontaremos alguns traços que caracterizam esse momento de tensão na psicologia, os principais argumentos apresentados por Gergen em seu artigo e uma crítica a ele publicada na mesma revista no ano seguinte, dando margem a inferir sobre como foi sua recepção no meio acadêmico norte-americano; traremos também o primeiro artigo crítico, publicado no Brasil, que nos dá pistas de como pode ter sido a repercussão inicial de Gergen no país.

O artigo de Gergen é importante por ser comumente aceito como marco de surgimento do Construcionismo Social no campo da psicologia, fazendo do seu autor importante referência naquele momento inicial (Burr, 2006, p. 7). Ainda que ele até a atualidade esteja produzindo vasta bibliografia que agrega e transforma pressupostos trabalhados no artigo sob nosso escrutínio, as reflexões que serão arroladas são fundamentais para pensarmos sobre a produção de conhecimento na psicologia social no contexto estadunidense dos anos 1970 e, após essa digressão, termos mais elementos para questionar o que ainda se traz de limitação dessa época e se as potencialidades seguem com a vivacidade de produzir novos futuros. Nosso objetivo não é o de desvelar o que é o Construcionismo Social, como surge ou quem o funda, mas sim, ao revisitar um momento bem-sucedido da história, propiciar reflexões que criem futuros, o futuro que deve vir a ser (Gergen, 2019, p. 75).

Reconhecer o autor como precursor não incorre no erro de instituí-lo como fundante de algo que está em permanente movimento na história da ciência, mas é uma inflexão na história que olha para pessoas e contextos importantes na elaboração de reflexões propulsoras de transformações, especialmente na psicologia social. Dessa forma, é sempre importante revisitarmos o percurso das produções acadêmicas para podermos fazer uma ciência historicamente esclarecida e “engajada no próprio moldar das direções de mudança” (Gergen, 2019, p. 73).

Voltar ao texto aqui proposto atende a duas dimensões muito caras aos que adotam o movimento Construcionista como referencial reflexivo. A primeira é a consideração histórica dos fatos e a segunda é a produção de conhecimento. Isso quer dizer que o Construcionismo se interessa pelos vários sujeitos e projetos históricos, nas suas práticas dialógicas cotidianas, com o objetivo de demonstrar ou analisar as interações sociais historicamente situadas ou os caminhos que levaram ao estabelecimento de algum fato ou entidade do presente (Spink, 2010).

Prestes a completar 50 anos de publicação, o texto de Gergen segue provocativo para diversas áreas do conhecimento e com atenção especial aos que investem reflexão teórica na comunidade de terapeutas. Gradativamente, as proposições do autor sobre conhecimento situado, relacional e dialógico, entre outros, produziram deslocamentos que ainda têm sido recebidos com certo receio no campo da psicologia clínica (Guanaes & Japur, 2003). Por isso, revisitar o texto, compreender melhor seu contexto de produção, com quem dialoga e as impressões dos críticos da área é de fundamental importância, na atualidade, para reforçarmos os questionamentos ainda pertinentes, para elaborarmos novas perguntas e para aperfeiçoarmos nossa prática clínica.

## **A DÉCADA DE 1970 E A CRISE NA PSICOLOGIA SOCIAL NORTE-AMERICANA**

A questão do social na psicologia, para além da perspectiva naturalista, intraindividual, tem como principal vertente o interacionismo simbólico. Charles Cooley (1864-1929) e George Mead (1863-1931), seus mais notáveis precursores, ambos no início do século XX, promoveram teorizações que posicionam a interação social como componente fundamental para a constituição da subjetividade. As proposições de Mead exerceram forte influência no desenvolvimento da psicologia social sociológica, tendo dado origem a duas diferentes correntes teóricas: a escola de Chicago e a escola de Iowa. A primeira escola tem como principal expoente Herbert Blumer, interacionista simbólico que defendia a proposição de que a realidade social se cria por meio da ação coletiva e individual. A segunda escola tem como interlocutor Manford Kuhn, que enfatizou as técnicas empíricas que poderiam ser usadas para investigar e generalizar sobre a interação humana e a cognição (Torres & Neiva, 2011).

Não é nossa proposta detalhar suas especificidades, mas faz-se importante destacar a relevância desses autores e escolas na contraposição à psicologia social psicológica de base cognitivista e comportamental, embasada no behaviorismo clássico de Watson e no behaviorismo radical de Skinner (Strey et al., 2013). Naquele contexto acadêmico, o enfoque sociológico teve menor difusão, mas sustentou, no solo norte-americano, uma postura resistente à generalização cientificista, até que se instalou uma crise de referencial teórico.

A década de 1970 para a psicologia social é fundamentalmente um momento de crise (Álvaro & Garrido, 2007; Torres & Neiva, 2011; Strey et al., 2013). Tensionamentos referentes às epistemologias que opunham indivíduo e sociedade promoveram um estado de desestabilização dos pressupostos vigentes e uma efervescência de novas abordagens. Se, por um lado, enfatizava-se a psicologia social psicológica, com enfoque na pesquisa cognitiva e do comportamento; por outro lado, uma psicologia social sociológica, atenta aos processos sociais, culturais e históricos, articulava novos modos de se pensar o indivíduo como agente de sua história.

Strey et al. (2013) denominam esse momento de “crise do paradigma dominante”. Até então, a psicologia já havia trilhado um percurso de busca por constituir-se como ciência, e não como filosofia, já havia visto suas técnicas serem utilizadas com finalidades políticas, antes e após a Segunda Guerra Mundial, por exemplo. Além disso, o desenvolvimento de uma pesquisa naturalista, cognitivista, já havia consolidado suas bases e se distanciado dos núcleos de pesquisa social, de fundamentação sociológica. Segundo Vivien Burr,

pode-se dizer que a psicologia social como disciplina surgiu das tentativas de psicólogos em fornecer aos governos dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha durante a Segunda Guerra Mundial conhecimentos que pudessem ser usados para propaganda e manipulação de pessoas. Surgiram questões do tipo ‘Como podemos manter a moral das tropas?’ e ‘Como podemos encorajar as pessoas a comer alimentos impopulares?’ Também cresceu numa época em que a disciplina original de psicologia estava criando um nome que adotasse os métodos positivistas das ciências naturais. A psicologia social como disciplina, portanto, emergiu como uma ciência empirista, baseada em laboratório, que habitualmente servia e era paga por aqueles que ocupavam cargos de poder, tanto no governo quanto na indústria. (Burr, 2006, p. 8, tradução nossa).

Essa mesma autora acrescenta que a “voz” das pessoas comuns estava ausente das práticas de pesquisa e que, em sua concentração no comportamento de laboratório descontextualizado, ignoravam os contextos do mundo real que dão sentido à ação humana.

Nesse período, sofisticadas teorias, métodos e procedimentos foram desenvolvidos com predomínio da perspectiva intraindividual, de natureza cognitiva. Indiscutivelmente, o período que antecede a década de 1970 foi considerado de grande valor científico ao constituir parâmetros mensuráveis, produzindo modelos de personalidade e do comportamento; constituindo um “tipo” de ser humano, com as feições do cientificismo americano, mais do que desvelando os processos que o tornavam inteligível. Essa postura cartesiana desemboca em uma perspectiva de ciência estritamente natural, individualizante, empírica, desconsiderando o papel das estruturas sociais e dos fenômenos culturais (Torres & Neiva, 2011).

Contudo, nota-se uma saturação desse método de pesquisa por parte de relevante parcela de psicólogos sociais que irão insistir na necessidade de questionar o instituído e convocar o olhar da psicologia social para a dimensão do indivíduo em relação com a sociedade, não se contentando somente com a dimensão internalista e comportamental. Como aponta Vivien Burr (2006), vários livros foram publicados, cada um à sua maneira, propondo alternativas à ciência positivista. Ela cita Rom Harré e Paul F. Secord (1972) como exemplo daqueles que focalizaram em suas pesquisas os relatos de pessoas comuns; além de Phil Brown (1973) que, como Nigel Armistead (1974), desafiou os usos opressivos e ideológicos da psicologia.

A crise da psicologia social norte-americana nos anos 1970 se dá tanto pela crítica à excessiva individualização, como já mencionado acima, quanto pela crítica de movimentos sociais como o feminismo. Os principais questionamentos se referem às bases conceituais e metodológicas da psicologia social no que tange à sua validade, à sua relevância e à sua capacidade de explicar a sociedade a partir de métricas laboratoriais. Tais questionamentos se referem ao princípio de que é possível utilizar métodos quantitativos para evidenciar os padrões comportamentais e estabelecer categorias generalizáveis, o que desconsidera as características culturais, os processos históricos e de produção de subjetividades (Torres & Neiva, 2011).

Segundo os mesmos autores, outra crítica se dá ao uso de uma linguagem científica neutra, afastada dos problemas sociais e incapaz de explicar o que acontecia naquele momento histórico. Este é o ponto nevrálgico da crise: a contestação de que a produção científica da psicologia social havia constituído um tipo de indivíduo generalizado, descontextualizado e reduzido a categorias previamente definidas.

A partir daí diversas críticas foram produzidas, como, por exemplo, em relação à sua artificialidade (Levine, 1974; Moscovici, 1972), seu reducionismo (Pepitone, 1976; Sherif & Sherif, 1969), seu isolamento em relação às outras disciplinas (Anastasi, 1972; House, 1977), os limites de suas generalizações (Cartwright, 1979; Cronbach, 1975) e sua cegueira cultural (Berry, 1978; Triandis, Malpass & Davis, 1973) ... Kenneth Gergen participou ativamente desse movimento, apontando, principalmente, para a importância dos valores (Gergen, 1973) e, sobretudo, da história (Gergen, 1978a) para a psicologia. (Vieira, 2018, pp. 29-30).

Tomás Ibáñez (1994) assinala que nas décadas de 1970 e 1980 houve uma notável diversidade de projetos teóricos, por vezes confusos em suas propostas, o que é totalmente desejável, pois aquele momento era inovador e instituinte. Estereotipar o adversário, para o autor, é uma postura normal daqueles que buscam constituir um novo paradigma. As “propostas alternativas”, como Ibáñez denomina as epistemologias emergentes na época, para além de suas diversidades e contradições, compartilham uma série de pressupostos comuns. Podemos dizer que

esse amplo denominador comum passa, entre outras características, por um antipositivismo contundente, pelo reconhecimento do ser humano como “agente” parcialmente autodeterminado, por uma sensibilidade particular ao caráter histórico ou “construído” das realidades psicossociais, e pela centralização sobre a importância que representa a linguagem e a significação, pela atenção à relacionalidade prática, pelo interesse nos processos concretos da vida cotidiana e pela consciência das implicações de todo tipo que se desprendem a partir da própria reflexividade do conhecimento (Ibáñez, 1994, p. 84, tradução nossa).

No intuito de promover inteligibilidade, Tomás Ibáñez (1994) organiza em quatro eixos as abordagens que apareceram no marco desta psicologia alternativa: 1) Teoria da Construção, inspirada na obra de Wittgenstein sobre as linguagens do cotidiano e os jogos de linguagem; 2) Orientação Dialética, marcada pelo pós-marxismo e o holismo hegeliano; 3) Orientação Hermenêutica de Schleiermacher, que passa pela sociologia interpretativa, por Heidegger e culmina em Hans George Gadamer; 4) Construcionismo Social, o mais eclético, mescla elementos wittgensteinianos, dialéticos e hermenêuticos.

As revistas científicas figuram entre os mais qualificados porta-vozes da psicologia social academicamente dominante. Pela sua permeabilidade nos espaços de produção de conhecimento formal, pela participação dos principais pesquisadores em determinada área, gera-se um predomínio bibliográfico e metodológico que passa a ser o parâmetro para validar o que é conhecimento científico. Ocupar espaço em uma dessas revistas de grande peso acadêmico, em tempos de concorrência pelo domínio de narrativa, ao mesmo tempo que garante visibilidade e projeção, é também ensejar a refutabilidade dos argumentos e teses apresentados. Nesse cenário, as revistas científicas, vez ou outra, ecoam abordagens e propostas que oferecem novas alternativas frente às orientações majoritárias da psicologia social. Nesses termos, Ibáñez (1994) se refere ao contexto de publicações acadêmicas daquele período de crise e cita o *Journal of Personality and Social Psychology* como exemplo. Esse mesmo autor informa que a revista é editada anualmente pela seção de psicologia social da Associação Americana de Psicologia (APA) e seu prestígio ainda nos dias de hoje se mantém elevado.

Foi nela que, em 1973, no 26º volume, Kenneth Gergen publicou o artigo “Social Psychology as History”, objeto de nossa análise. Esse artigo viria a ser reconhecido como fundante de uma corrente do movimento construcionista, o Construcionismo Social, no contexto da psicologia social nos Estados Unidos. Contudo, Gergen é contrário a marcar essa publicação como fundante do Construcionismo, visto que este é um movimento que está inserido no contexto do desenvolvimento da ciência, no curso de uma longa história. Ele distingue-se de outros movimentos pelas três críticas ao fazer científico: a crítica social, a ideológica e a retórico-literária (Rasera & Japur, 2005).

Emerson Rasera e Marisa Japur (2005, p. 22) destacam a importância de autores como Karl Marx, Max Weber, Max Scheler e Karl Mannheim, pois é deles que emerge a crítica social, visto que estavam preocupados com a gênese social do pensamento científico, ou seja, com a ideia de como o conhecimento é cultural e historicamente situado. Sobre a crítica ideológica, Rasera e Japur (2005) rememoram o quão importante foi a Escola de Frankfurt com os aportes de Marx Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse e Walter Benjamin sobre a teoria crítica, a qual rejeita o pressuposto de neutralidade na ciência. Por fim, sobre a retórica literária, os autores aqui referenciados trazem o próprio Gergen (1997, citado por Rasera & Japur, 2005), o qual afirma que a ciência se serve de uma retórica estruturante do mundo observacional. Com isso, ele quer dizer que a ciência não parte de outro lugar senão dos discursos que moldam a natureza, a sociedade, os objetos e as pessoas.

Segundo Ederglenn Vieira Junior (2018), Kenneth Gergen se destaca como um dos autores que participou ativamente do movimento crítico, desencadeador da crise da psicologia social. “Ele apontava, principalmente, para a importância dos valores e, sobretudo, da história para a psicologia” (Vieira, 2018, p. 30), trazendo para debate as implicações dos pressupostos sócio-históricos na produção científica e a necessidade de refletir criticamente quanto às implicações de se produzir conhecimento que se pretende universal e estável. Essa postura denunciava as consequências de uma psicologia que desconsiderava especificidades culturais e geracionais, e que negava, pelo argumento de imparcialidade e rigor metodológico, a própria contribuição para a massificação da diversidade humana.

Em “Social Psychology as History”, conforme Vieira Junior (2018), Gergen (1973/2008) denuncia a importância de se olhar para a psicologia social como um produto da história e alerta para a necessidade de desenvolvermos uma



sensibilidade para a interrelação entre os eventos no tempo. Anunciar que da história decorre a psicologia enfatiza que esta é efeito de interações situadas ao longo do tempo e se faz possível segundo as condições de visibilidade disponíveis no meio acadêmico onde está inserida, e que, portanto, não é um dado natural independente da agência humana.

Enunciar que o conhecimento psicológico é um construto histórico, em um contexto de pesquisas marcadas fortemente por uma psicologia social naturalista, gerou significativos debates. Essas proposições tiveram grande impacto na comunidade acadêmica e contribuiu de diversas formas para a reflexão sobre as bases e os princípios orientadores da disciplina, como aponta Vieira Junior (2018). Dessa maneira, apresentaremos os objetivos e argumentos discutidos no artigo a partir da sua primeira versão traduzida para o português, “A Psicologia como História”, publicado na revista *Psicologia e Sociedade*, nº20, em 2008.

Gergen (1973/2008), no referido artigo, objetiva demonstrar que a psicologia social é principalmente um inquérito histórico, diferentemente do que propunham as ciências do comportamento e da psicologia social interacionista. O autor demonstra que, pelo seu grau de instabilidade, a psicologia social não atende aos pressupostos requeridos pelas ciências tradicionais que analisam eventos com grande estabilidade. A esse respeito, cita como exemplo a gravidade na física que, possuidora de grande estabilidade, permite generalizações. Em contraste, a psicologia social está diretamente situada, delimitada pelas condições de possibilidade para sua realização.

Os princípios da interação humana, para Gergen (1973/2008), dificilmente podem ser desenvolvidos, pois os fatos sobre os quais são baseados geralmente não permanecem estáveis. Dessa forma, ele mostra que as teorizações sobre a interação humana dizem respeito aos conhecimentos, produzidos em uma dada época, que se relacionam a padrões de interação humana em um dado contexto, mas não fundam princípios universais pelo fato de a interação humana não possuir estabilidade suficiente para a sustentação de princípios pelo tempo longo da história.

Portanto, Gergen (1973/2008) argumenta sobre a impossibilidade de o conhecimento ser acumulado no formato de leis gerais, porque tal conhecimento geralmente não transcende seus limites históricos. O conhecimento está circunscrito aos processos históricos, ao agenciamento das forças institucionais, culturais e das finalidades que se busca alcançar; não sendo algo separado daquele que agencia esforços em conhecer fenômenos da interação social.

No cenário da psicologia social nos anos 1970, essa proposição é de grande complexidade, pois a psicologia social psicológica já estava firmemente estabelecida nos Estados Unidos (Torres & Neiva, 2011). Para se posicionar criticamente em relação a esse universo teórico, Gergen (1973/2008) desenvolve duas linhas de argumentação a fim de sustentar sua tese: a primeira, centrada no impacto da ciência no comportamento social; a segunda, centrada na mudança histórica.

A respeito do impacto da ciência no comportamento social, o autor apresenta a popularidade conquistada pela psicologia naquele período, considerando a educação superior liberal, os veículos de comunicação de massa, as editoras, bem como a

demanda governamental por conhecimento justificando o investimento público na pesquisa psicológica, a proliferação de encontros técnicos, o estabelecimento de empreendimentos comerciais vendendo psicologia através de jogos e pôsteres, e a crescente confiança das grandes instituições (comerciais, governamentais, militares e sociais) depositada na competência de seus cientistas comportamentais; começa-se então a sentir a força do laço pelo qual os psicólogos encontram-se vinculados, em mútua comunicação, à cultura que lhes envolve. (Gergen, 1973/2008, p. 476).

Isso demonstra por um lado o quão influente era a produção científica no comportamento social e, por outro, como governo e empreendimentos comerciais, conscientes dos potenciais recursos que o conhecimento psicológico poderia oferecer, atuavam diretamente no tipo de pesquisa que viabilizavam por meio de encomenda ou patrocínio. Isso, em grande medida, determinava quais conhecimentos mais repercutiam, quais eram reconhecidos como legítimos e como merecedores da alcunha de científico.

Afirmar os determinantes históricos como parte da produção de conhecimento, além de gerar tensionamentos na psicologia de cunho cognitivo, fez com que o próprio artigo em questão, no contexto de mercantilização do conhecimento psicológico nos Estados Unidos, fosse entendido como não científico e falho quanto aos princípios de investigação de campo.

Gergen (1973/2008) se utiliza justamente de uma revista científica, importante via de comunicação acadêmica, para contestar o modelo de produção de conhecimento nela veiculado ao afirmar que “ciência e sociedade se retroalimentam” (2008, p.476), contestando frontalmente a premissa de neutralidade e do rigor metodológico na tradição positivista. Ele aponta para o caráter situado da pesquisa científica, a qual tem um autor, um contexto de influência social e finalidades a serem atingidas com razões diversas.

A segunda proposição desenvolvida por ele, a da mudança histórica, propõe que:

se examinarmos as mais proeminentes linhas de pesquisa durante a última década, logo perceberemos que as regularidades observadas e, assim, os princípios teóricos mais importantes, estão firmemente vinculados a circunstâncias históricas ... Com efeito, toda a linha de pesquisa parece depender de um conjunto de propensões aprendidas, propensões que poderiam ser alteradas pelo tempo e circunstâncias. (Gergen, 1973/2008, p. 480).



Para exemplificar, o autor usa experimentos de grande repercussão à época e lança críticas sobre a validade trans-histórica que tentava-se afirmar. Dentre eles, cita o experimento de Milgram (1965), que buscou aferir o nível de obediência dos participantes frente à autoridade. Gergen (1973/2008) afirma que os resultados de Milgram (1965) estão intimamente ligados ao contexto científico da época, fortemente marcado pela figura de autoridade, e aponta que a credibilidade do comunicador, aquele que dava os comandos a serem obedecidos, é um potente fator, porque aprendemos a confiar em autoridades na nossa cultura, e a mensagem comunicada torna-se dissociada de sua fonte com o passar do tempo. Ou seja, os dados dizem mais do nível de introjeção cultural do que de características humanas universalmente compartilhadas.

Em síntese, “o estudo em psicologia social é fundamentalmente um empreendimento histórico. Estamos fundamentalmente engajados em incontáveis questões contemporâneas” (Gergen, 1973/2008, p. 481). O autor ainda vai acrescentar que as críticas feitas por ele seriam de pouco valor para os “psicólogos do futuro”, pois eles estariam atuando sob outras influências e o conhecimento do passado seria mais ao nível da contextualização do processo histórico científico. Indiscutivelmente, como afirmou Heráclito, não se entra duas vezes no mesmo rio, e as proposições feitas por Gergen sempre fluem em novas correntezas. Mas sua potência ainda hoje convoca novos psicólogos a refletirem sobre as críticas postas e tensioná-las com as correntes nomotéticas, prescritivas e a-históricas, ainda em alta produção.

Aproximando-se do final do artigo, Gergen (1973/2008) tem a preocupação de não restringir sua densa reflexão aos limites acadêmicos e a uma redefinição de ciência. Destaca que no artigo estão implicadas significantes alterações, especificamente na atividade de campo. Dessas alterações o autor disserta sobre cinco, as quais são apresentadas abaixo.

a. Rumo à integração do puro e do aplicado: a pesquisa pura é caracterizada por produzir um conhecimento básico e duradouro que atende ao enfoque das revistas de prestígio e das agências de fomento. Em oposição, a pesquisa aplicada é vista como de menor valor por se referir a questões transitórias. O autor contesta a estabilidade da primeira, colocando ambas em mesmo status transitório e que, portanto, podem ser complementares e não divergentes quanto aos métodos de análise.

b. Da predição à sensibilização: Gergen afirma que o objetivo tradicional da psicologia é o conhecimento e o controle do comportamento. Contudo, além de serem contingenciais e transitórios, contrariando o princípio de estabilidade da predição, o conhecimento e o comportamento não precisam ser “pedra angular” do campo. “A teoria psicológica pode desempenhar um papel excessivamente importante enquanto dispositivo de sensibilização” (Gergen, 1973/2008, p. 482), sensibilização sobre a gama de fatores que influenciam o comportamento, seja no domínio das políticas públicas ou dos relacionamentos pessoais.

c. Desenvolvendo indicadores de disposições psicossociais: por um lado a psicologia geral experimental desenvolveu uma teoria que coloca os processos humanos preservados biologicamente dentro do organismo, sendo fundamentalmente aculturais. Por outro lado, a psicologia social psicológica é vista como aquela que estuda processos psicológicos considerados básicos quando julgada pelos parâmetros das ciências naturais. Nesse contexto, o autor afirma que o foco da pesquisa em psicologia social deve estar na criação de metodologias que estabeleçam contato com a prevalência, a força e a forma

das disposições sociais no tempo. Ou seja, mais que analisar o conteúdo ou os padrões passíveis de generalização, atém-se à forma, ao modo de ocorrência e aos determinantes pessoais e sociais, pois a partir deles pode-se desenvolver os indicadores de disposições psicossociais.

d. Pesquisa em estabilidade comportamental: dada a variabilidade de estados que tanto um fenômeno social quanto uma tendência fisiológica podem assumir, nessa seção o autor propõe que “devemos pensar, então, em termos de um contínuo de durabilidade histórica, com fenômenos altamente suscetíveis à influência histórica num extremo e processos mais estáveis no outro” (Gergen, 1973/2008, p. 482). O enfoque na durabilidade histórica não inviabiliza a necessidade de se estudar aquilo que o autor chama de “padrões passados de comportamento”, pois “grande parte da variabilidade do comportamento social deve-se indubitavelmente a disposições historicamente dependentes, e o desafio de capturar tais processos ‘em luta’ e durante períodos preciosos da história é imenso” (Gergen, 1973/2008, p. 483).

e. Rumo a uma história social integrada: nessa quinta e última categoria, o autor recorda que em todo seu artigo sustentou a concepção de que a “pesquisa em psicologia social é fundamentalmente o estudo sistemático da história contemporânea” (Gergen, 1973/2008, 483). Isso implica que o estudo da história demanda um amplo empreendimento capaz de considerar fatores políticos, econômicos e institucionais, pois considera que essas categorias analíticas são necessárias à compreensão numa perspectiva integrada. A concentração em psicologia (sem a dimensão social, histórica) apenas oferece uma compreensão distorcida de nossa condição presente.

Essas proposições são feitas por Gergen sem a pretensão de sugerir uma redefinição da ciência e nem mesmo se restringir somente a esse campo, afinal, como anteriormente exposto, sua intenção é produzir análises cada vez mais integrativas, capazes de dialogar com outros setores, afinadas à sua época. O autor afirma, assim, que sua proposta nesse artigo esteve voltada a produzir alterações na atividade de campo (Gergen, 1973/2008, p. 481).

Como Antônio Gomes Penna (1982) resume, o que Gergen sustenta é que a psicologia social, analisada em função de suas teorias e pesquisas, se apoia em uma metodologia científica, contudo as teorias acerca do comportamento social são somente reflexões no campo da história contemporânea, o que, mais cedo ou mais tarde, leva o conhecimento social a ter um curto período de vida, com descartes periódicos previsíveis. Portanto, alteradas essas estruturas, modificados os sistemas de interação e processada a substituição dos valores culturais, as leis psicossociais perdem eficácia.

Não obstante, muitas críticas foram feitas ao seu trabalho, principalmente por aqueles que reivindicavam o valor preditivo e de controle das ciências naturais. Devido aos limites da pesquisa, selecionamos para análise o primeiro artigo publicado em resposta a Gergen e, mais adiante, a primeira publicação feita no Brasil referente ao artigo em questão. Um ano depois da publicação de Gergen no *Journal of Personality and Social Psychology*, Barry R. Schlenker, da Universidade da Flórida, publica no mesmo periódico o artigo intitulado “Social Psychology and Science” (1974). A crítica já fica óbvia no título, que substitui especificamente a palavra História, a qual adjetivava a psicologia social no artigo de Gergen, por Ciência, como um aditivo à psicologia social, situando assim seu ponto de clivagem.

Claramente em defesa dos princípios da ciência tradicional que busca encontrar regularidades capazes de gerar conceitos, regras, parâmetros universalizantes e afirmar veementemente os princípios da produção de uma ciência trans-histórica, independente das implicações sócio-históricas, o autor faz declarada oposição ao que Gergen entende por invalidação histórica à teoria psicológica. Essa invalidação histórica diz respeito ao referido esforço de produzir uma psicologia universalista e desprendida do seu tempo e da sua cultura.

Schlenker (1974) não poupou duras críticas ao comunicar, em seu artigo, que as proposições de Gergen eram um ataque ao status científico da psicologia social e, ainda, adjetivou sua postura filosófica como insalubre, descartando todas as questões por ele levantadas, pois considerou que nenhuma delas servia para distinguir fundamentalmente o natural das ciências sociais do ponto de vista da filosofia da ciência. Ou seja, não ajudavam a reconhecer supostos elementos estruturantes da sociedade e nem seus mecanismos de funcionamento.

O autor ainda prossegue considerando que “muitos dos argumentos aparentemente filosóficos contra a existência atual de certas teorias sociais transculturais e trans-históricas são realmente questões empíricas, e as evidências disponíveis falham em apoiar suas [de Gergen] afirmações” (Schlenker, 1974, p. 12, tradução nossa). Tanto as inferências de Schlenker quanto as de Gergen mantêm-se atuais e presentes no contexto da psicologia, não sendo difícil identificar movimentos fortemente atuantes, tanto na produção de uma psicologia que se diz baseada em evidências quanto em outra enfocada nos processos históricos, o que demonstra a atualidade do debate e o quanto a validade dos seus argumentos segue em tensão.

Conforme levantamento bibliográfico, Antônio Gomes Penna, um dos pioneiros na criação da psicologia no Brasil (Dutra, 1996), publicou o artigo “Psicologia e História”, em 1982, e é um dos primeiros, no Brasil, a reagir ao artigo de Gergen. Penna argumenta que a questão histórica posta por Gergen não é absolutamente original, mas é uma reflexão antropológica e epistemológica relevante. Penna (1982) disserta que a psicologia social é um capítulo da história contemporânea e que encontra perfeita acolhida entre os historiadores que praticam a história das mentalidades originada na obra de Lucien Febvre e Marc Bloch. Outros tantos autores são citados no artigo de Penna como predecessores desse movimento que considera o valor transitório dos pressupostos científicos por estarem incrustados em um dado tempo, sofrendo uma multiplicidade de influências generativas de efeitos de validade a cada contexto histórico.

A questão da relatividade histórica, portanto, não é uma questão posta primordialmente por Gergen, visto que outras áreas já a discutiam, como já citado. Outros autores, como Marx, com a crítica social, e Nietzsche, que observou o quanto cada época cultural exalta certos valores e rebaixa outros, obviamente de acordo com seus interesses, sendo históricos até mesmo os instintos, negaram qualquer princípio de permanência e regularidade trans-histórica, opondo-se, dessa maneira, às posições derivadas do positivismo. Conforme Penna (1982), Gergen traz para a área da psicologia social esse entendimento sobre conhecimento situado, relativo a uma época e às relações, sustentando que esse campo do saber “nada mais é do que um segmento da história contemporânea” (Penna, 1982, pp. 94-95).

Como exposto neste artigo, é possível notar que o desafio assumido por Gergen não foi necessariamente o de produzir algo novo, pois o debate historicista já estava posto. O desafio foi o de tensionar os princípios epistemológicos e metodológicos estabelecidos pela ciência moderna a partir de dentro do seu próprio contexto acadêmico, o da psicologia social feita nos Estados Unidos, na desafiante década de 1970.

Fundamental à época e promotor de efeitos perceptíveis até os dias atuais, Gergen parece ter tido menor receptividade entre os psicólogos do seu contexto, ainda embasado no cientificismo empirista, do que entre os historiadores que não mais buscavam por uma verdade sobre a sociedade, mas se propunham a refletir sobre o caráter relacional e situado de um entendimento sobre ela (Penna, 1982, p. 89). Diante da complexidade e da extensão desse panorama apresentado, espera-se ter deixado evidente a necessidade de continuar investigando o tema. No escopo deste artigo, nos limitamos a apresentar o texto de Gergen e de dois autores que primeiro reagiram a ele, um nos EUA e outro no Brasil; mas ainda há muito que se investigar para compreender o fazer científico e a prática terapêutica.

É importante ressaltar que já podemos traçar um panorama não somente sobre a repercussão, mas também sobre como o Construcionismo tem sido posto em prática no Brasil. Em “A difusão do Construcionismo Social no Brasil: análise das produções de teses e dissertações”, Rasesa, Vieira Junior e Guanaes-Lorenzi (2019) fazem um amplo levantamento de dados no qual consta que é de 1997 a primeira pesquisa em pós-graduação com o referencial Construcionista Social, distante 24 anos da publicação aqui debatida, e somente em 2008, 35 anos depois, tivemos sua primeira tradução.

Os autores citados nos informam que as proposições Construcionistas gradativamente repercutem e embasam pesquisas no Brasil em diferentes áreas. Os temas “Linguagem, Identidade e Saúde” foram os principais meios de inserção do movimento Construcionista no Brasil, com destaque para os grupos de pesquisa Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano (PUC/SP) e Psicologia, Saúde e Construcionismo Social (USP/RP), mas gradativamente o movimento já alcançou grande amplitude e está presente em universidades de diferentes regiões do país. Isso evidencia que aqueles que se referenciam pelo Construcionismo nas suas práticas profissionais estão se havendo com as implicações de uma psicologia social que não naturaliza, mas reflete criticamente os determinantes sociais constitutivos das práticas sociais.

Sendo assim, quase cinco décadas depois, podemos afirmar que as proposições de Gergen seguem pertinentes, promovendo reflexões em diferentes áreas do conhecimento e abrindo múltiplas possibilidades de diálogo e reflexão. Espera-se que outras investigações busquem entender como têm ocorrido os movimentos do Construcionismo Social na história, a fim de não somente revisitar o passado, mas, com esse conhecimento, construir novos saberes e práticas profissionais.

## REFERÊNCIAS

- Álvaro, J. L., & Garrido, A. (2007). *Psicología Social: Perspectivas psicológicas y sociológicas*. 2. ed. Madrid: McGRAW-HILL.
- Burr, V. (2006). *An Introduction to Social Constructionism*. Routledge.
- Dutra, E. (1996). Antônio Gomes Penna. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 109-134
- Gergen, K. J. (2008) A Psicologia social como História. *Psicologia & Sociedade*; 20 (3): 475-484. (Original publicado em 1973).
- Gergen, K. J. (2019) Conhecimento Social: de segurar espelhos a criar o futuro. In. Marilene A. Grandesso (org), *Construcionismo Social e Práticas Colaborativo-Dialógicas: Contexto de Ações Transformadoras* (pp. 444), CRV.
- Guanaes, C., & Japur, M. (2003) Construcionismo Social e Metapsicologia: Um diálogo sobre o conceito de Self. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Vol. 19 n. 2, pp. 135-143.
- Ibáñez, T. (2001) *Psicología Social Construccionalista*, 2ªed. Editora: Universidad de Guadalajara p. 363
- Penna, A. G. (1982) Psicologia e História. *Arquivos brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, 34 (3): 89-95, jul./set. 1982
- Rasera, E. F., & Japur, M. (2005) Os sentidos da construção social: o convite construcionista para a psicologia. *Paidéia*, 2005, 15(30), 21-29
- Rasera, E. F., Vieira, E. N., Jr., & Guanaes-Lorenzi, C. (2019) A difusão do construcionismo social no Brasil: análise das produções de teses e dissertações (37-55). In. M. A. Grandesso (org), *Construcionismo Social e Práticas Colaborativo-Dialógicas: Contexto de Ações Transformadoras* (pp. 444) Curitiba: CRV.
- Schlenker, B. R. (1974) Social Psychology and Science. *Journal of Personality and Social Psychology*, 1974, Vol. 29, No. 1, 1-15.
- Spink, M. J. (2010) *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano* [online]. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Strey, M. N., Guareschi, P. A., Jacques, M. G. C., Carlos, S. A., Bernardes, N. M. G., & Fonseca, T. N. G. (2013). *Psicologia social contemporânea: livro-texto*. 21. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes.
- Torres, C. V. & Neiva, E. R. [orgs] (2011). *Psicologia social* [recurso eletrônico]: principais temas e vertentes. – Porto Alegre, RS: Artmed.
- Vieira, E. N., Jr. (2018). *A ciência na obra de Kenneth Gergen*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

## TAFFAREL RAMIRES FERNANDES

Graduado em Psicologia, mestrando em Psicologia Social pela PUC-SP com bolsa CNPq 130357/2020-0 e Psicoterapeuta.

<https://orcid.org/0000-0002-8804-2816>

Email: [taffarelrf@yahoo.com.br](mailto:taffarelrf@yahoo.com.br)